

Por Antonio Penteado Mendonça



Os fundamentos do seguro e sua aplicação prática são uma das maiores conquistas do ser humano. Graças a eles, as sociedades passaram a poder correr riscos, certas da proteção necessária para desafiar as incertezas que limitavam seu desenvolvimento.

Quem imagina que o seguro surgiu na Inglaterra, no século 18, está enganado. Muito antes disso, os princípios fundamentais da operação já eram aplicados pelo homem em favor de seu progresso. É assim que na antiga Mesopotâmia o conceito do seguro moderno já era utilizado para equilibrar as viagens das caravanas, repartindo os prejuízos da empreitada de forma proporcional entre todos os seus participantes.

Graças a duas ações do rei de Portugal, por volta de 1350, mais da metade do mundo foi descoberta nos séculos seguintes pelos navegadores da Escola de Sagres, que, sob o comando inicial do Infante D. Henrique, abriram para a Europa a Ásia, a América e a Oceania, além de terem efetivamente mapeado o continente africano.

Em meados do século 15, o rei português determinou que se plantassem florestas de pinheiros para a construção de embarcações e, ao mesmo tempo, criou uma companhia com a missão de repor as embarcações de todos os tipos, perdidas pelos azares da navegação. Esta empresa funcionou como uma verdadeira seguradora, com seus recursos advindos da cessão de 10% dos resultados das pescarias, calculado de forma proporcional ao pescado por cada embarcação.

Antes dos ingleses, os italianos também se valeram dos princípios do mutualismo para segurarem suas operações de crédito, decorrentes de sua forte atuação comercial, ligando o ocidente ao oriente.

Nos dias atuais, o seguro, além de ciência, é atividade econômica encontrada em praticamente todos os países, em suas mais diversas formas e com as mais variadas finalidades.

Grande parte destas operações se baseia no mutualismo, a divisão proporcional das obrigações de cada um, consolidadas num fundo calculado de forma proporcional ao risco de cada participante.

É o “um por todos, todos por um” do livro “Os Três Mosqueteiros”. Ao pagar o prêmio do seu seguro, todos estão colaborando para o pagamento das indenizações devidas aos que sofrem uma perda garantida pelo mútuo.

É exatamente por isso que o seguro brasileiro custa cada dia mais caro, apesar do número de segurados aumentar, o que, em tese, deveria levar a uma queda do preço unitário, pelo aumento da massa segurada.

O problema é que, se o número de segurados tem crescido ao longo dos anos, de outro lado, as causas geradoras de indenização têm crescido em ritmo muito mais acelerado. Basta ver as estatísticas dos roubos de carga, roubo e furto de veículos, de celulares, de empresas, residências, caixas eletrônicos, etc.

Numa comparação simples, uma notícia dramática de um telejornal informou recentemente que a guerra da Síria deixara 470 mil mortos no espaço de 5 anos. No mesmo período, apenas computando mortes decorrentes de assassinatos e acidentes de trânsito, o Brasil teve 600 mil óbitos. E se colocarmos na fila as mortes decorrentes de acidentes de trabalho e abortos clandestinos o número sobe bem mais, colocando o país em posição de absoluto destaque no quesito mortes violentas. Além dos mortos, temos perto de 600 mil inválidos apenas em consequência dos acidentes de trânsito, mais um número significativo decorrente de acidentes do trabalho.

Quando lemos que, no último ano, no Rio de Janeiro, o roubo de veículos cresceu 50%, que o roubo de celulares segurados saltou mais de 10% na Região Nordeste, que o roubo de carga bate todos os meses recordes impressionantes, que o crime organizado está mais bem equipado que várias polícias, fica claro porque o seguro, de uma forma geral, tem que custar caro no Brasil.

Com base no mutualismo, no aumento da frequência dos eventos e dos valores envolvidos, não tem como se fazer mágica.

Ou o Brasil enfrenta a realidade do crime e coloca ordem na casa, mesmo sabendo que o preço será alto, ou as chances de uma deterioração ainda maior deixarão de ser uma probabilidade para se transformarem em certeza.

**Fonte:** [SindSegSP](#), em 09.06.2017.